

BARBOZA, Vania Maria*

<https://orcid.org/0000-0003-4304-1198>

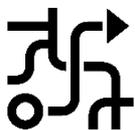
RESUMO: O rio Uruguai, marco divisor dos estados sulinos Rio Grande do Sul e Santa Catarina, abriga sítios arqueológicos com grande quantidade de materiais líticos e cerâmicos, carvões e vestígios que evidenciam a presença de populações indígenas em períodos que antecedem a chegada do ser humano ao continente americano. Esta revisão de literatura busca apresentar o processo de povoamento do sul do Brasil e, a partir dos estudos arqueológicos, contextualizar a trajetória dos primeiros grupos humanos, a ocupação indígena, principalmente na região do rio Uruguai, além de tratar da importância da educação patrimonial como ferramenta que oportuniza o resgate da identidade, da consciência histórica e social e a valorização dos bens socioculturais. O patrimônio cultural de um povo, bem como suas diversas formas de manifestações, são reflexos da sua diversidade cultural, fator que convida a refletir a formação histórica, modos de vida, valores e atributos que distinguem os diferentes grupos e populações.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio arqueológico; Educação Patrimonial; Região do Alto Uruguai.

ABSTRACT: The Uruguay River, a dividing line between the southern states of Rio Grande do Sul and Santa Catarina, is home to archaeological sites with a large amount of lithic and ceramic materials, charcoal and remains that demonstrate the presence of indigenous populations in periods that precede the arrival of human beings on the continent. American. This literature review seeks to present the process of settlement of southern Brazil and, based on archaeological studies, contextualize the trajectory of the first human groups, indigenous occupation, mainly in the Uruguay river region, in addition to addressing the importance of heritage education as tool that provides opportunities for the recovery of identity, historical and social awareness and appreciation of sociocultural assets. The cultural heritage of a people, as well as its various forms of manifestation, are reflections of its cultural diversity, a factor that invites us to reflect on the historical formation, ways of life, values and attributes that distinguish different groups and populations.

KEYWORDS: Archaeological heritage; Heritage education; Alto Uruguai Region

* Graduada em História - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Erechim; Especialista em Arqueologia, URI Erechim; Mestra em Educação, Universidade Federal da Fronteira Sul – Erechim; Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Bolsista Capes.



INTRODUÇÃO

O Rio Uruguai, marco divisor dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, abriga grande quantidade de sítios arqueológicos com artefatos cerâmicos e líticos, adornos, vestígios alimentares (conchas, vértebras de peixes, ossos), carvões, que são testemunhos da presença das populações indígenas pretéritas nesses locais.

Apesar de o Decreto Lei nº 25/1937 definir em seu art. 1º o que constitui o patrimônio histórico e artístico nacional, além de prever a proteção aos bens de excepcional valor arqueológico ou etnográfico, o recém-criado SPHAN¹, precursor do IPHAN², teve suas atividades marcadas por uma atuação altamente centrada, com viés ideológico conduzido por uma cultura patrimonial elitista, onde se destacavam as atitudes excludentes com relação ao patrimônio cultural brasileiro.

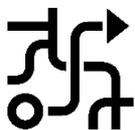
Salvo os estudos em âmbito acadêmico, pouco ou quase nada foi feito pelo patrimônio arqueológico nacional, o que contribuiu para a sua degradação e, em alguns casos, favoreceu o colecionismo. Goulart (1995/1997) constatou em suas pesquisas que grande quantidade de sítios arqueológicos da região do Alto Uruguai foram destruídos pela erosão e pelas cheias do rio Uruguai. Além disso, a terraplanagem decorrente da abertura de estradas, a construção de poteiros, de casas e prédios, as atividades agrícolas, a instalação de olarias e ainda, as obras onde seriam as futuras usinas hidrelétricas de Itapiranga, Machadinho, Itá e Barra Grande, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, são fatores que contribuíram para a destruição dos sítios arqueológicos.

Schmitz (1957) apontou em seu estudo que o material arqueológico muitas vezes surgia diante do arado do agricultor ou se quebrava sob as patas dos animais no pasto e, ainda, que era comum as cerâmicas inteiras serem levadas para casa a fim de se tornarem vasos de flor ou potes para alimentar as aves no terreiro. O material lítico, como machados, se transformava em brinquedos que as crianças usavam até os extraviarem.

O desconhecimento do patrimônio arqueológico tem favorecido a degradação e a destruição dos sítios arqueológicos indígenas na região do Alto Uruguai. Desta

¹ SPHAN - Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado em 13 de janeiro de 1937 pela Lei nº. 378/1937.

² Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.



forma, acreditamos que entender a ocupação pré-histórica do Rio Grande do Sul, principalmente na região do Alto Uruguai, bem como compreender que a violência com que o europeu subjugou e impôs seu modo de vida, língua e religiosidade aos povos indígenas, ao mesmo tempo que expropriou seu território, são fatores que oportunizam vislumbrar o embrião dos conflitos entre colonos e indígenas ainda latentes em nosso estado.

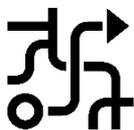
Neste artigo, busca-se apresentar o processo de povoamento do sul do Brasil a partir da arqueologia, lançando o olhar para a chegada do europeu ao continente americano e os conflitos decorrentes da demarcação de fronteiras, de como se deu a ocupação dos espaços e a importância dos vestígios arqueológicos encontrados no Alto Uruguai, principalmente os resultantes dos estudos da arqueóloga Marilandi Goulart, que antecederam a construção das barragens de Itapiranga, Machadinho, Itá e Barra Grande, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, e que são testemunhos da ocupação pretérita dessa região pelos povos indígenas.

OS PRIMEIROS POVOADORES DO RIO GRANDE DO SUL

A Arqueologia, “ciência que investiga os indícios das sociedades já extintas, tendo como objetivo reconstruir o passado do ser humano sob o ponto de vista histórico, sociológico e comportamental” (GAUDÊNCIO, 2018, p.76), oferece subsídios para entendermos como viviam, como se alimentavam, como era a organização social e a cultura dos grupos humanos do passado.

Diferentes estudos arqueológicos têm procurado explicar como ocorreu a dispersão humana pelo planeta, contudo, a discussão referente a quanto tempo o ser humano chegou ao continente americano ainda gera controvérsia e é teorizada pelos pesquisadores que tratam da ocupação pretérita da América.

Com base em evidências arqueológicas (ossos humanos, ferramentas e diversos vestígios) encontradas no Novo México, Estados Unidos, em 1937, denominados de Cultura Clovis, a comunidade arqueológica norte-americana defende que a ocupação da América ocorreu há pelo menos 11,4 mil anos. Segundo esta teoria, durante a última glaciação, os grupos humanos pré-históricos teriam vindo da Ásia, cruzado o Estreito de Bering pela Sibéria e chegado à região do Alasca. Dessa forma, a presença humana nas partes baixas do território americano deveria ser mais recente que a evidenciada pela Cultura Clovis. Esta teoria foi contestada pela



pesquisadora brasileira Niède Guidon, organizadora da missão franco-brasileira, que realizou escavações e conduziu estudos no Piauí, no sítio do Boqueirão da Pedra Furada. Tais iniciativas deram origem ao pedido de proteção à região e resultaram na criação do Parque Nacional da Serra da Capivara, em 1979 (GAUDÊNCIO, 2018).

Os estudos de Niède Guidon, a partir do material arqueológico resgatado no Piauí, apontaram a chegada de grupos humanos a essa região há aproximadamente 100 mil anos. De acordo com a pesquisadora o *homo sapiens* teria migrado da África com travessia pelo Oceano Atlântico (PIVETTA, 2008), hipótese que gera controvérsias entre os estudiosos que defendem a passagem pelo Estreito de Bering.

No Rio Grande do Sul, à sudoeste, na margem do rio Uruguai e seus afluentes, Miller (1987) encontrou evidências paleoindígenas de pelo menos 12.000 AP, que seriam dos mais antigos povoadores neste estado. Segundo Schmitz (2006), tais populações viviam da coleta do que era oferecido pela natureza e, por possuírem culturas e tecnologia ainda pouco desenvolvidas, eram dependentes da distribuição desses recursos.

O clima, o solo, o relevo, a vegetação e a fauna aqui encontrados pelos primeiros povoadores eram distintos dos atuais, uma vez que:

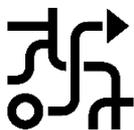
A temperatura média seria alguns graus mais baixa; a precipitação inferior. Os rios teriam pouca água e a paisagem teria uma fisionomia de forte aridez. A floresta subtropical [...] só ocuparia pequenas franjas ao longo do rio Uruguai e na encosta do planalto; a floresta de pinheiros, adaptada ao frio, seria mais compacta [...]; vegetações herbáceas e arbustivas, de tipo estepe e savana, dominariam as áreas [...]

Neste ambiente, além dos animais hoje existentes, viviam outros, de estatura e peso muito maiores, que estavam adaptados ao clima frio e às paisagens [...], como as preguiças terrestres, os tatus imensos, os hipopótamos, os elefantes, os camélidos e também os cavalos [...].

Ao redor de 9.000 a.C. a glaciação mundial terminava e a temperatura ia-se elevando, mas não na mesma proporção, levando a um longo período ainda mais seco, que deveria produzir uma crise na vegetação, acompanhada da extinção dos animais agigantados.

Nichos conhecidos como importantes para o homem, [...] eram as confluências dos arroios no rio Uruguai, [...] pequenos abrigos rochosos na borda baixa do planalto [...]. Nesses dois nichos estão localizados todos os sítios antigos conhecidos no Estado.

Ao redor de 6.000 anos a.C. [...] Os rios aumentaram consideravelmente seu volume de águas [...] a floresta subtropical [...] invadiu os campos e os pinheirais e tendeu a ocupar o espaço de agora. Nichos favoráveis para o homem seriam os numerosos abrigos rochosos do nordeste do Estado [...]. Nas altas matas que se adensam ao longo das margens mesmas do Uruguai, recursos de outra natureza deveriam tornar-se disponíveis porque aí grupos humanos aparecem e se multiplicam [...] (SCHMITZ, 2006, p.14-15).



O clima mais quente, com espaços mais favoráveis, oportunizou que os grupos paleoindígenas, caçadores e coletores, se deslocassem para outras regiões do estado onde é possível encontrar evidências dessas populações (VICROSKI, 2017).

Os vestígios arqueológicos são evidências materiais que atestam que grupos humanos ocuparam o sul do Brasil em um período pré-histórico e que populações indígenas continuaram ocupando esses espaços, sejam eles o planalto, litoral ou as várzeas dos rios em diferentes momentos, muito antes da chegada dos europeus ao continente americano.

O contato com os europeus, no século XVI, causou um progressivo enfraquecimento do modo de vida tradicional das populações ameríndias (VICROSKI; SCHMITT, 2018), além de contribuir para que milhares de indígenas padecessem em consequência das doenças e pela violência física e cultural resultante desse contato.

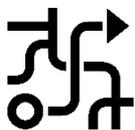
A chegada do europeu à América

Para entender a origem dos embates que Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai protagonizaram ao longo do tempo é importante lembrar que “os conflitos fronteiriços entre as nações da América Latina têm uma longa e profunda história que remonta aos tempos coloniais [...]”³ (HEREDIA, 2007, p.198), uma vez que no início da ocupação do continente americano pelos europeus, as terras demarcadas, pelo meridiano a 370 léguas de Cabo Verde, a oeste seriam de Castela (Espanha) e as terras a leste de Portugal, em decorrência do Tratado de Tordesilhas, celebrado em 1494. Este tratado foi o primeiro marco delimitador das possessões dos Reinos de Espanha e Portugal e, por não ter sido respeitado, tornou o sul da América um campo de disputas, que se estenderam nos séculos seguintes.

Em 1750, as coroas Ibéricas assinaram o Tratado de Madrid, um acordo diplomático que praticamente definiu os limites territoriais que o Brasil possui atualmente, uma vez que avançou “[...] a fronteira portuguesa para dentro do território espanhol, ampliando em dois terços a área do Brasil em favor de Portugal” (HEINSFELD, 2016, p. 28).

A partir deste tratado ficou definido que o Amazonas passaria ao domínio português, enquanto que o Rio da Prata ao espanhol e, ainda, se efetivou a permuta

³ *Los conflictos fronterizos entre las naciones de América Latina tienen una historia larga y profunda, que se remonta a los tiempos coloniales* (HEREDIA, 2007, p. 198)



entre sete dos trinta Povos Missioneiros, além de suas terras, situadas a oriente do Rio Uruguai, na Colônia do Sacramento. A linha divisória iniciaria em Castillos Grande, onde atualmente é o Uruguai, seguindo por nascentes de rios que desaguavam na Lagoa Mirim, passando pelas cabeceiras do Rio Negro, no Ibicuí, indo pelo Rio Uruguai até o Peperi-Guaçu. As atividades demarcatórias, iniciadas em 1752, foram interrompidas pela deflagração da Guerra Guaranítica (1753-1756), que representava a resistência dos indígenas em sair das reduções. Findada a guerra, mesmo tomando os sete povos missioneiros, a Espanha não obteve êxito em retirar os indígenas do território que Portugal buscava colonizar (GOLIN, 2015).

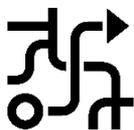
Durante a Guerra Guaranítica, em 1756, ocorria na Europa a Guerra dos Sete anos, um embate entre Inglaterra e França. Em 1761, as coroas portuguesa e espanhola anularam o Tratado de Madri pelo Tratado do Pardo, o que coincidiu com a assinatura do Pacto da Família dos Bourbon pela Espanha, que se aliou à França. Contudo, Portugal, por não aceitar fazer parte desse convênio, teve seu território invadido (GOLIN, 2015).

Em 1777, com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, foram encerrados os conflitos entre castelhanos e portugueses. Esse tratado,

[...] era francamente favorável à Espanha, deixando-a com o domínio absoluto e exclusivo do Rio da Prata, estendendo sua bandeira à Colônia de Sacramento e tendo reconhecida sua autoridade sobre os campos do Ibicuí, na margem oriental do Uruguai. Em contrapartida, apenas teve de devolver Santa Catarina, de que havia se apoderado por conquista, e sequer restituir os Sete Povos (RECKZIEGEL, 2015, p. 436).

A partir de 1777, Portugal e Espanha viveram um período de paz, consolidada pela união dos príncipes D. João e D. Carlota Joaquina (RECKZIEGEL, 2015). Sobre este tipo de aliança, lembra Heredia (2007, p. 200) que:

[...] as coroas de Bragança e Bourbon estavam relacionadas entre si, e ambas compartilhavam e disputavam posições estratégicas dinásticas que, por sua vez, tiveram seus reflexos na América. As guerras que travaram na Europa, como aliados ou inimigos, tiveram aqui a sua repercussão, sendo bom recordar que algumas guerras terminaram em casamentos entre membros da realeza, assim como muitos casamentos terminaram em guerras, como é muito humano. Isto significa que os precedentes coloniais dos conflitos fronteiriços entre domínios que pertenciam a Portugal e Espanha têm sido os mais complicados, justamente por estarem diretamente ligados aos conflitos europeus [...] (Minha tradução)



Percebe-se assim, que a dinâmica dos acontecimentos nos reinos europeus influenciava diretamente a vida na colônia, fomentando períodos de paz ou de guerra. Rückert (1997) aponta nesse contexto a restrição das fronteiras do território português em razão do Tratado de Santo Ildefonso, bem como a perda da Colônia de Sacramento para a Espanha, situações que culminam em efervescência militar no território meridional.

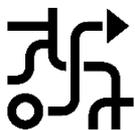
A definitiva conquista das missões e sua ocupação pelos luso-brasileiros ocorreu em 1801, com o estabelecimento de militares e tropeiros de gado pelo caminho das missões, formando fazendas que utilizavam mão de obra escrava, principalmente a partir do século XIX, o que deu origem a uma nova classe, a escravocrata pecuarista (RÜCKERT, 1997).

A única resistência ao ideal de ocupação e “progressão brasileira era a Indígena” (GOLIN, 2015, p. 35), considerados a barbárie, um entrave à civilização, uma vez que se configurava em um empecilho às tropas em passagem pelo Mato Castelhana, “que era caminho obrigatório da região missioneira para atingir São Paulo através de Lages” (KUJAVA; TEDESCO, 2014, p. 71). Para que esse território fosse conquistado houve uma combinação das forças militares associadas com a miliciania, reforçadas pelas tropas paramilitares bugreiras⁵, unidas contra as nações guaranis e, especialmente, as caingangues, o que resultou no extermínio autóctone e na formação dos aldeamentos indígenas (GOLIN, 2015).

As políticas de aldeamento iniciaram oficialmente na província do Rio Grande do Sul em 1846. Os aldeamentos eram espaços de influência direta do governo por meio de seus representantes, os Oficiais da Guarda, padres e agentes do próprio governo. Era de responsabilidade do Estado fornecer os suprimentos, roupas e

⁴ Además, las coronas de Braganza y de Borbón estaban emparentadas entre sí, y tanto compartían como disputaban posiciones estratégicas de orden dinástico que a su vez tenían sus reflejos en América. Las guerras que sostenían en Europa, como aliados o enemigos, tenían aquí su repercusión, y es bueno recordar que algunas guerras terminaron en matrimonios entre miembros de la realeza, como así también muchos matrimonios terminaron en guerras, como es muy humano. Esto hace que los antecedentes coloniales de los conflictos limítrofes entre dominios que pertenecieron a Portugal y España hayan sido los más complicados, precisamente por estar directamente vinculados a los conflictos europeos [...] (HEREDIA, 2007, p. 200)

⁵ Tropas paramilitares bugreiras eram grupos de extermínio contratados para caçar e matar os indígenas, que naquele tempo eram pejorativamente denominados bugres, por serem considerados selvagens, hereges e incivilizados.



ferramentas, e ainda “civilizá-los”, de modo que se integrassem ao mundo do trabalho (WISNIEWSKI, 2011). Este era um dos objetivos do governo da Província, o que vem ao encontro da observação de Beschoren (1989, p. 43) de que no aldeamento de Nonoai, estimava-se a existência de “[...] 50 homens **aptos para o trabalho**, dentro de uma população de cerca de 300 índios” (grifo nosso).

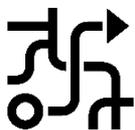
O engenheiro alemão, Maximiliano Beschoren, atuou dezoito anos como agrimensor demarcando terras na Província São Pedro do Rio Grande do Sul. Em *Impressões de Viagem na Província do Rio Grande do Sul*, Beschoren descreveu o *modus vivendi* dos colonos e indígenas. O engenheiro relata que durante a formação dos aldeamentos, as poucas tribos que restaram foram reunidas formando pequenos toldos, vivendo em cabanas espalhadas pela faixa de capões, as quais apontou como sendo “as mais miseráveis que poderiam existir” (BESCHOREN, 1989, p.43), contudo destacou que as moradias dos indígenas de Campo Novo, sob a liderança do cacique Fonguí, eram melhores e mais confortáveis do que as de Nonoai.

Beschoren (1989, p.42) aponta que “Era preciso muita coragem para se instalar com apenas alguns companheiros e ficar sujeitos ao ataque dos índios, que consideravam toda a região, matos e campos, como suas propriedades incontestáveis”

Nesse universo, o indígena, por ser visto com ameaça, foi duramente perseguido e combatido pelo governo. Sair dos aldeamentos resultava na invasão das terras já ocupadas pelos imigrantes. Deste modo, de dono das terras, o indígena passou a invasor e, para agravar sua situação, os colonos foram armados pelo governo e preparados para o enfrentamento (WISNIEWSKI, 2011).

No romper do século XX, com a política de colonização efetivada, o governo do Estado passou a planejar e a normatizar o acesso à terra na Colônia Erechim, tendo como figura central o imigrante e seus descendentes. Desse modo, “os índios e os caboclos foram os primeiros a serem excluídos. Desterritorializados, embrenharam-se cada vez mais nas matas e nas barrancas do Rio Uruguai, local em que até hoje é possível encontrar redutos indígenas que não aceitaram o aldeamento” (CARON; TEDESCO, 2012, p.226).

Além dos indígenas, o caboclo também foi duramente discriminado e impossibilitado da permanência e do acesso à terra. O estado positivista via os nacionais como atrasados, inadequados de se incorporarem ao projeto



desenvolvimentista programado para o Rio Grande do Sul. Por esse motivo, “O caboclo como elemento formador do povo sul rio-grandense, é na maioria das vezes ignorado, considerado uma figura social ligada a métodos rudimentares de agricultura e ao extrativismo ervateiro” (TEDESCO; CARON, 2012, p.165). O colono imigrante, por sua vez, recebe o papel de contribuidor/formador da sociedade gaúcha; uma vez que era tido como representante do progresso e da modernidade, correspondendo ao ideal de ocupação almejada (CUNHA, 2022).

A realidade complexa e dinâmica das primeiras décadas do século XX pode ajudar a compreender os diferentes conflitos agrários pelos quais a região norte do Estado passou posteriormente, principalmente os que envolveram índios e colonos, colonos e latifundiários. A transformação da propriedade da terra e a definição das terras devolutas impregnaram a história regional de numerosas contradições, que se revelaram na forma de intensos conflitos sociais (CARON; TEDESCO, 2012).

Adentramos no século XXI sem garantir os direitos dos povos originários à terra e sem efetivar a demarcação das áreas indígenas, fatores que permanecem gerando conflitos e violência entre indígenas e agricultores.

O Norte do Rio Grande do Sul por meio dos vestígios arqueológicos

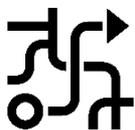
No Rio Grande do Sul, o contato com artefatos arqueológicos indígenas foi descrito ainda no século XIX por Beschoren (1989), durante sua passagem pelo vale do Goio-Em. O agrimensor escreveu que às margens do rio,

[...] em diferentes lugares, encontrou-se, enterrados, pratos dos mais diversos formatos, **guarnecidos de maravilhosos desenhos**. Todos porém envelhecidos que não resistiram ao pegá-los, quebrando-se ao tirá-los.

Noutros lugares encontrou-se porções inteiras de pratos, de diâmetros variados, dispostos regularmente em camadas, o maior bem embaixo, de modo que a superfície era plana e uniforme.

Afirmam que esses pratos não provêm dos indígenas, mas sim dos jesuítas. Na foz do rio Chapecó, perto da recém descoberta fonte medicinal, encontrou-se quando se procurava preciosidades jesuíticas, sob oito palmos de terra, grandes pratos de argila de 1 a 2 metros de diâmetro, com restos de ossos humanos, na maioria, reduzidos a pó (BESCHOREN, 1989, p.51-52, grifos nossos).

Beschoren (1989) descreveu a beleza da decoração das cerâmicas descobertas, contudo deixa claro que quem as encontrou atribuiu sua autoria aos jesuítas. Tal equívoco motivou o surgimento de lendas a respeito de tesouros



enterrados pelos jesuítas em potes de cerâmicas. Segundo Carbonera (2008), inúmeros sítios arqueológicos foram depredados por estarem associados às lendas de tesouros que os jesuítas teriam escondidos sob a terra durante a fuga dos indígenas das Reduções Jesuíticas, no século XVIII.

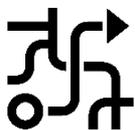
Inúmeros sítios arqueológicos, com grande quantidade de cultura material (vestígio lítico e cerâmico), localizam-se ao longo dos cursos d'água, visto que esses locais eram atrativos às populações pelo acesso à água, à pesca e à caça. No Rio Grande do Sul, o maior e principal curso d'água é o rio Uruguai, que abriga inúmeros sítios arqueológicos. Lino (2016) aponta que:

A proximidade de um curso d'água atraía a instalação de aldeias, com uma quantidade enorme de sítios arqueológicos registrados em margens de rios e lagoas. No primeiro caso, serve de exemplo o rio Uruguai, que divisa os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina na porção oeste (e o Rio Grande do Sul com a Argentina quando o rio segue em direção sul), onde pesquisas realizadas desde a década de 1960 registraram centenas de sítios, e o complexo lagunar do sul de Santa Catarina, com presença marcante também de assentamentos guaranis registrados pelos arqueólogos (LINO, 2016, p. 100).

Ao longo do rio Uruguai, os vestígios arqueológicos têm sido objeto de estudo de diferentes pesquisadores, como por exemplo o Padre jesuíta e arqueólogo Pedro Inácio Schmitz, um dos precursores no estudo da pré-história e arqueologia do Rio Grande do Sul. Conforme apresenta Schmitz (2006, p.19), “Os acampamentos mais antigos, que recuam até 6.000 anos a.C. estão profundamente enterrados nos barrancos do Alto Uruguai e do Alto Paraná”, o que vem de encontro aos inúmeros estudos de sítios arqueológicos nestas regiões.

Segundo Lourdeau et al. (2016, p. 221), “a partir da década de 1980, as pesquisas arqueológicas passaram a ser realizadas basicamente em decorrência de projetos de licenciamento ambiental”. Dessa forma, para ser autorizada a construção ou instalação de empreendimentos que utilizem recursos ambientais, tornou-se necessário avaliar se há impacto aos sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais na região atingida.

Em 1978, cientes da existência de vestígios arqueológicos ao longo dos rios Uruguai e Pelotas e seus afluentes, a Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A (ELETROSUL) realizou uma avaliação preliminar do patrimônio cultural pré-histórico em locais onde seriam construídas barragens na região sul. A partir do estudo de Schmitz (1978), que teve por base os trabalhos de Piazza (1969; 1971), Miller (1971)



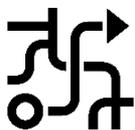
e Rohr (1966) foi realizado um balanço arqueológico para verificar a frequência de sítios, cultura material e grupos humanos que viveram nesta região. Tais fatores, motivados pela construção de barragens, foram determinantes para a arqueologia de salvamento no Vale do rio Uruguai (LOURDEAU et al., 2016).

A partir dessa necessidade, a Eletrosul executou o Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai (PSAU) que foi desenvolvido nas áreas em que seriam construídas as barragens de Itapiranga, Machadinho, Itá e Barra grande – SC/RS, onde se destacou o trabalho da arqueóloga Marilandi Goulart, fruto do convênio entre a Universidade Federal de Santa Catarina e a Eletrosul.

A Barragem de Itá atingiu parcialmente os municípios de Concórdia, Itá, Ipira e Piratuba, em Santa Catarina e Aratiba, Mariano Moro, Severiano de Almeida e Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul. Ao longo das duas margens do rio Uruguai e de seus afluentes foram localizados 310 sítios arqueológicos, destes, 167 localizavam-se nas cotas de desvio e de enchimento do reservatório, distribuídos espacialmente entre a região de Itá-SC e Marcelino Ramos-RS (GOULART, 1997).

A Barragem de Machadinho, por sua vez, atingiu parcialmente os municípios de Piratuba, Capinzal, Campos Novos e Anita Garibaldi, em Santa Catarina e Barracão, São José do Ouro, Machadinho, Maximiliano de Almeida, Paim Filho, Sananduva, Tapejara, Getúlio Vargas, Gaurama, Viadutos e Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul. Nas duas margens do rio Pelotas, na área de inundação, no Rio Grande do Sul, foram localizados 45 sítios arqueológicos, 34 com ocupação cerâmica e 11 com pré-cerâmica (GOULART, 1997).

Os levantamentos realizados para a Barragem de Itapiranga, nas duas margens do rio Uruguai levaram à localização de 188 sítios arqueológicos com abundantes vestígios líticos e cerâmicos. A Barragem de Barra Grande, por sua vez, atingiu parcialmente os municípios de Anita Garibaldi, Cerro Negro, Campo Belo do Sul, Capão Alto e Lages, em Santa Catarina; e Pinhal da Serra, Esmeralda, Vacaria e Bom Jesus, no Rio Grande do Sul. Os trabalhos foram divididos em duas equipes, os levantamentos, realizados pela primeira delas, nos municípios de Bom Jesus, Vacaria e Esmeralda, evidenciou mão-de-pilão, mão-de-mó, talhadores, raspadores, batedores, trituradores, enxada e cerâmica produzida pelos grupos humanos que se estabeleceram às margens do Rio Pelotas. A segunda equipe pesquisou os municípios de Vacaria, Bom Jesus, Vacaria e Esmeralda, onde foram localizados 15



sítios, que compõem conjuntos de casas subterrâneas, acampamento lito-cerâmico, além de praia de seixos utilizada como fonte de matéria-prima (GOULART, 1997).

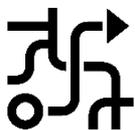
Marilandi Goulart e sua equipe realizaram o levantamento de 310 sítios arqueológicos, sendo 227 em Santa Catarina e 83 no Rio Grande do Sul. Ao longo dos 20 anos de trabalho, a arqueóloga inventariou 56.784 objetos líticos, 135.488 fragmentos cerâmicos e 68 vasilhas, algumas inteiras, 844 amostras de sedimentos (areia, argila e carvão), 317 amostras de material ósseo e 26 de conchífero pertencentes à ampla região que envolve o Projeto Salvamento Uruguai – PSAU. O material arqueológico foi classificado como tradições pré-cerâmicas (Umbú e Humaitá) e tradições cerâmicas (Taquara e Tupiguarani) (CARBONERA, 2008). Conforme demonstram os dados do levantamento realizado durante o PSAU, o trabalho de Marilandi Goulart reuniu um excepcional acervo que congrega um importante patrimônio arqueológico das áreas próximas aos rios Uruguai e Pelotas.

O acervo Marilandi Goulart, que atualmente está sob a salvaguarda da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Erechim, perfaz uma coleção significativa formada por material lítico, cerâmico, conchíferos e resíduos de solo, que são frutos dos trabalhos iniciados pela arqueóloga em 1980 e que, após interrupções, foi concluído em 1997.

Contextualização da região de abrangência do PSAU no Rio Grande do Sul

Ao ser contextualizada a região de abrangência do PSAU, no território gaúcho, verificou-se que a região norte do estado recebeu, a partir de 1890, o excedente populacional das antigas colônias da serra, formado principalmente por alemães e italianos incentivados pela política de desenvolvimento do governo estadual, que buscava a regularização da propriedade da terra e a resolução da intrusão via colonização (ROSSETTO; NEUMANN, 2020), mas que condenava à exclusão do acesso ou permanência na terra os grupos que não vinham ao encontro do processo desenvolvimentista idealizado, ou seja, os caboclos, indígenas e quilombolas.

No Rio Grande do Sul, o imigrante/emigrante manteve sua identidade étnica, refletida em seus rituais, costumes, tradições e locais de memória. Desta forma, o fluxo intensivo de imigrantes e o projeto de colonização mista contribuíram para a formação das fronteiras étnicas entre os diferentes grupos (ROSSETTO; NEUMANN, 2020).



Essas características são apontadas por Carbonera, Onghero e Argenta (2013) como fatores considerados desafios à preservação dos sítios arqueológicos, visto que:

[...] a comunidade local, formada por uma diversidade étnica - índios, caboclos, descendentes de alemães, italianos, teuto-russos e poloneses -, não reconhece esses bens como patrimônio. Nesse sentido, como trabalhar os vestígios arqueológicos para que deixem de ser considerados velharia inútil, para se transformarem em patrimônio caro à população local? (CARBONERA; ONGHERO; ARGENTA, 2013, p. 118).

Em resposta a esse questionamento, pode-se apontar que o patrimônio cultural adquire valor coletivo quando é percebido como bem, testemunho e herança cultural. Por outro lado, “um sítio arqueológico sem significado para uma comunidade, esquecido no tempo, está fadado à destruição” (ARAÚJO, 2011, p. 21).

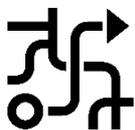
Os sítios arqueológicos, além dos vestígios históricos, apresentam a possibilidade de transmitir legados, valores e tradições culturais. O que deve ser preservado deve contar com a participação dos envolvidos, independente se essas comunidades sejam descendentes ou não dos grupos que deram origem a esse patrimônio (VASCONCELLO, 2019).

Vicoski (2010) destaca a importância de ser promovida a aproximação da comunidade com o objeto pesquisado como forma de envolver os diferentes grupos sociais na construção do conhecimento, estimulando-se o sentimento de ancestralidade, de modo que seja valorizado e a preservado o patrimônio cultural dessas comunidades.

O patrimônio cultural é um instrumento importante de diálogo com o mundo e oportuniza perceber e entender a diversidade cultural que envolve os múltiplos aspectos que formam a identidade de um povo. Pelegrini (2009) sugere uma articulação efetiva para que os processos educativos atuem na conscientização da importância de salvaguardar os bens culturais materiais e imateriais, para que ocorra a promoção do direito à memória, à diversidade cultural, do sentido de pertencimento e de vínculos identitários.

Os bens culturais devem ser associados ao cotidiano das comunidades para que adquiram significados (FLORÊNCIO, 2012), o que pode ser atingido por meio da Educação Patrimonial.

A Educação Patrimonial é que um recurso metodológico que oportuniza o contato com bens e fenômenos culturais, permitindo que as populações estabeleçam



relações com o lugar e, ao atribuir-lhes significados, percebiam a importância de preservá-los por serem referência de identidade e memória. Essa relação favorece o “despertar do sentimento de pertencimento e a apropriação do patrimônio cultural da cidade” (TOLENTINO, 2012, p.6), reforçando a relação entre os bens culturais, memória, identidade e cidadania. Assim, a Educação Patrimonial, estratégia fundamental à preservação do patrimônio cultural, torna-se indispensável à valorização e ao reconhecimento da diversidade cultural de um povo e à definição de suas identidades.

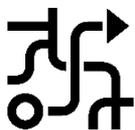
O patrimônio cultural de um povo, bem como suas diversas formas de manifestações, são reflexos da sua diversidade cultural, fator que convida a refletir a formação histórica, modos de vida, valores e atributos que distinguem os diferentes grupos e populações. Por esse motivo, a Educação Patrimonial deve fazer parte da vida das pessoas e ser pensada como ferramenta que oportuniza o resgate da identidade e a valorização dos bens socioculturais, fator que possibilita múltiplos olhares e diálogos que favorecem a formação coletiva do conhecimento.

Ahlert e Golin (2019, p.71), acreditam que “a luta por representação, visibilidade e memória é remota entre os povos originários, no entanto, a interação desses anseios com as práticas arqueológicas é um processo muito recente, no Brasil”, o que demonstra a importância de que a comunidade tenha conhecimento do patrimônio arqueológico de abrangência regional e entenda que ele representa a história dos povos indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante muito tempo os livros de História apresentaram a chegada do europeu ao continente americano como marco do início da ocupação dessas terras, menosprezando a presença dos povos indígenas que aqui já viviam estruturados em “tribos autônomas, autárquicas e não estratificadas em classes [...]” (RIBEIRO, 2004, p.35).

Neste estudo foi realizado um resgate histórico que contempla os embates entre as coroas portuguesa e espanhola pela posse das terras e a delimitação das fronteiras. Neste espaço de disputas, o indígena sofreu frente às doenças, escravidão, violência física e cultural decorrentes do processo colonizador. Foi



combatido, caçado e exterminado, por ser considerado ameaça, um entrave ao processo civilizatório. Para destituí-lo do acesso à terra surgem as políticas de aldeamento, como forma de adequá-lo ao mundo do trabalho e à dinâmica da sociedade gestada.

De dono das terras, o indígena passou a invasor, a excluído e desterritorializado, cujo destino era o toldo/aldeamento ou as matas longínquas nas barrancas do rio Uruguai. Os conflitos de terras se prolongaram durante o século XX e adentraram o século XXI sem perspectiva de resolução e sem a efetivação da demarcação das terras indígenas.

Os estudos arqueológicos das populações indígenas têm sido fundamentais para a interpretação da história, uma vez que os vestígios arqueológicos oportunizam entender sociedades e povos que tiveram sua cultura, identidade e religiosidade impactados pelo violento processo de colonização e que historicamente foram relegados e destituídos de sua importância histórica e cultural.

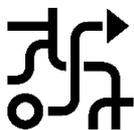
Estudar o patrimônio arqueológico indígena pode ser oportunidade para se promover a inclusão social dessas populações, uma vez que à medida que se reconhece e se aceita a diversidade cultural, se favorece o respeito à outridade⁶ e à consciência social, visto que a arqueologia possui potencial para atuar nos processos de identificação histórica e afetiva, fatores importantes à inclusão social de grupos minoritários. Por esse motivo, não basta educamos os jovens para a exercerem a tolerância, mas é necessário ensinar o respeito à diversidade cultural, assim como o entendimento e o aceite das diferentes formas de ser e de estar no mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHLERT, Jaqueline; Golin, Tau. A arqueologia como meio de construção e ressignificação de memórias: presença e permanência indígena na região Norte do Rio Grande do Sul. Marchi, Darlan De Mamann; Knack, Eduardo Roberto Jordão; Poloni, Rita Juliana Soares. (Orgs.). *Memória e Patrimônio: tramas do contemporâneo*. Porto Alegre: Casaletas, 2019.

ARAÚJO, Sílvio Aberto Camargo. *Conhecer para preservar: arqueologia e inclusão social na bacia do Paranapanema superior*. Tese. Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. São Paulo, 2011, 310 p. Disponível

⁶ Silva (2000) utiliza os termos mesmidade e outridade como sinônimos para identidade e diferença, os apontando como um problema social, e enfatiza que, em um mundo heterogêneo, é inevitável o encontro com o outro, com o diferente.



em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-19062012-141802/pt-br.php>. Acesso em: 20 maio 2023.

BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na Província do Rio Grande do Sul (1875-1887)*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

BRASIL. *Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del0025.htm>. Acesso em: 15 maio 2018.

CARBONERA, Miriam. *A Tradição Tupiguarani no Alto Uruguai: estudando o Acervo Marilandi Goulart*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008, 245 p.

CARBONERA, Miriam; ONGHERO, André Luiz; ARGENTA, Denise. O Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina e o trabalho com o patrimônio arqueológico: possibilidades e desafios. *Cadernos do CEOM: Patrimônio, memória e identidade*, n. 38, Chapecó, p. 117-130, 2013. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/1690>. Acesso em 20 jun. 2023.

CARON, Márcia dos Santos; TEDESCO, João Carlos. O Estado positivista no norte do RS: a questão da propriedade da terra e a fundação da colônia Erechim (1890/1910). *História Unisinos*, vol. 16, n. 2, p.220-231, maio/agosto, 2012. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2012.162.05>. Acesso em: 23 maio 2023.

CUNHA, Jane. *Caboclos da serra do Botucaraí: cultura, economia e sociabilidades*. 1. ed. Passo Fundo: Acervus, 2022.

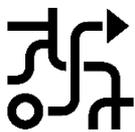
GAUDÊNCIO, Jéssica da Silva. Niède Guidon: a cientista brasileira responsável pelo tesouro arqueológico nacional. *História da Ciência e Ensino: construindo interfaces*, vol. 18 (especial), p. 76-87, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/hcensino/article/view/36809>. Acesso em: 13 maio 2023.

GOLIN, Tau. As fronteiras das águas do Brasil meridional. RADDATZ, Vera Lucia Spacil; MULLER, Karla Maria. (Orgs.). *Comunicação, cultura e fronteiras*. Ijuí : Ed. Unijuí, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/29729922/As_fronteiras_das_%C3%A1guas_do_Brasil_meridional. Acesso em: 18 maio 2023

GOULART, Marilandi. *Projeto Salvamento Arqueológico do Uruguai*. Itajaí: Univali, 1995.

GOULART, Marilandi. (Coord.). Introdução. In: GOULART, Marilandi. *Projeto Salvamento Arqueológico do Uruguai*. Itajaí: Univali, 1997. v. I.

HEINSFELD, Adelar. A fronteira: historicidade e conceitualização. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, José; ZARTH, Paulo A (Orgs.). *História da Fronteira Sul*. Chapecó: Ed. UFFS, 2016.



HEREDIA, Edmundo A. Cono Sur: el fin de las regiones de frontera. *Cadernos do CHDD*, n. 6, p. 197-216, 2007.

IPHAN. *Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos*. Brasília-DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

KUJAVA, Henrique; TEDESCO, Joao Carlos. Demarcações de terras indígenas no norte do Rio Grande do Sul e os atuais conflitos territoriais: uma trajetória histórica de tensões sociais. *Tempos Históricos*, vol. 18, p. 67-88, 2014. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/11605>. Acesso em: 18 jun. 2023

LINO, Jaisson Teixeira. O povoamento indígena no Sul do Brasil: as contribuições da arqueologia e da história. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. (Orgs.). *História da Fronteira Sul*. Chapecó: Ed. UFFS, 2016.

LOURDEAU, Antoine; CARBONERA, Miriam; SANTOS, Cesar Pereira et al. Pré-história na foz do rio Chapecó. *Cadernos do CEOM*, Chapecó (SC), vol. 29, n. 45, p. 220-242, dez., 2016. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/3415>. Acesso em: 17 jun. 2023.

MILLER, Eurico Th. Pesquisas arqueológicas paleoindígenas no Brasil ocidental. *Estudios Atacameños*, n. 8, p. 39-64, 1987. Disponível em: <https://revistas.ucn.cl/index.php/estudios-atacamenos/article/view/209>. Acesso em: 12 set. 2023.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio cultural: consciência e preservação*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

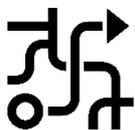
PIVETTA, Marcos. Niède Guidon: Arqueóloga diz que o Homo sapiens já estava no Piauí há 100 mil anos. *Pesquisa FAPESP*. Abr. 2008. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/niede-guidon/#:~:text=Segundo%20Ni%C3%A8de%2C%20o%20material%20arqueol%C3%B3gico,via%20oce%C3%A2nica%2C%20atravessando%20o%20Atl%C3%A2ntico>. Acesso em: 13 jun. 2023.

RECKZIEGEL, Ana Luiza S. Fronteiras fluídas: Rio Grande do Sul e a Banda Oriental no processo de fixação de limites. *História: Debates e Tendências*, vol. 15, n. 2, p. 429-440, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/5650>. Acesso em: 10 jun. 2023.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ROSSETTO, Cleiton Antônio; NEUMANN, Rosane Márcia. História Social e territorialidade da colonização no Norte Rio-Grandense (1889-1930). *Mouseion*, Canoas, n. 37, dez. 2020, p. 51-61. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/7582/pdf>. Acesso em: 18 jul. 2023.

RÜCKERT, Aldomar A. *A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio grande do Sul: 1827/1831*. Passo Fundo: Ediupf, 1997.



SCHMITZ, Pedro Inácio. *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil*. 2 ed. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2006.

SCHMITZ, Pedro Inácio. Um paradeiro guarani no Alto Uruguai. *Pesquisas, Antropologia* n. 1. Porto Alegre: IAP, 1957, p.122-142.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

TEDESCO, João Carlos; Caron, Márcia. Intrusões no Alto Uruguai gaúcho – 1927-29: o caso do “bando de João Inácio”. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, vol. 38, n. 1, p. 161-185, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/11600>. Acesso em: 12 maio. 2023.

TOLENTINO, Atila. Meu quintal é maior que o mundo ou reflexões sobre a Educação Patrimonial. In: TOLENTINO, Átila Bezerra. *Educação patrimonial: reflexões e práticas*. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. (Caderno Temático 2).

VASCONCELLO, Camilo de Mello. Arqueologia e Educação Patrimonial: a experiência do MAE-USP. *Revista Centro de Preservação Cultural*, São Paulo, n. 27 especial, p. 255-279, jan./jul. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/158564>. Acesso em: 17 maio. 2023.

VICROSKI, Fabrício J. Nazzari. Sobre pedras e povos a arqueologia pública e sua importância social. *Anais... V Simpósio Internacional Estados Americanos: O Bicentenário das independências (1810-2010)*. Passo Fundo, 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/3793444/SOBRE_PEDRAS_E_POVOS_A_ARQUEOLOGIA_P%C3%9ABLICA_E_SUA_IMPORT%C3%82NCIA_SOCIAL. Acesso em: 12 ago. 2023.

VICROSKI, Fabrício J. Nazzari. Arqueologia e ancestralidade indígena no Planalto Meridional do Rio Grande do Sul. In: Conflitos agrários no norte do Rio Grande do Sul: Indígenas e agricultores dimensões históricas. TEDESCO, José Carlos (org.) *Conflitos agrários no norte do Rio Grande do Sul: indígenas e agricultores*. Porto Alegre: EST Edições, 2017.

VICROSKI, Fabrício J. Nazzari; SCHMITT, Anderson Marcelo. Arqueologia nas margens do rio Apuaê: um estudo de caso sobre a história pré-colonial do Alto Uruguai. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*. Dossiê História Indígena e estudos decoloniais, n. 31, p. 8-35, 2018.

WISNIEWSKI, Fernanda. A terra indígena do Guarita-RS e o seu processo de Formação. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho, 2011. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548856594_512397ff0f07094d23213e746dd83dd0.pdf. Acesso em: 08 maio. 2023.



Recebido em 30/11/2023

Aceito em 06/03/2024